



ANÁLISES PRELIMINARES SOBRE O PROGRAMA “OCUPAÇÃO SOCIAL”

O **Fórum Capixaba de Lutas Sociais**, na perspectiva de contribuir com o debate sobre as políticas sociais, vem por meio deste texto, apresentar algumas análises sobre o programa “Ocupação Social” do governo do estado do Espírito Santo.

O programa “Ocupação Social”, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Governo do Estado do Espírito Santo, se coloca como “política prioritária” que (hipoteticamente) visa promoção de “oportunidades” de educação, empreendedorismo e de renda para jovens “com maior exposição à violência”, para (supostamente) possibilitar a “construção de trajetórias que possibilitem o pleno exercício dos direitos e da cidadania”. Espera, por meio de suas ações, “diminuir a taxa de homicídios de jovens, reduzir o abandono escolar e, ainda, aumentar o percentual de meninos e meninas estudando e/ou trabalhando”. Atua em 25 bairros, sendo que recentemente (01/11/17) anunciou seu 26º local de atuação, o Bairro da Penha, em Vitória-ES.

Conforme dados da própria pesquisa realizada para o programa (em que pese suas fragilidades e inadequações de condução), os jovens entrevistados manifestam que entenderem que estudar é o fator mais importante “para se dar bem na vida”. Daqueles que estão fora da escola, 89,4% pretendem voltar a estudar e 41% gostariam de alcançar nível superior. **Como fazer isso? Quantos destes jovens tem reais oportunidades de acessar o ensino superior ou de voltar à escola?** Quando verificamos que os principais motivos apontados pelos entrevistados para deixar a escola é a falta de interesse, identidade com a escola e necessidade de trabalhar e/ou cuidar dos filhos (casamento e filhos são os fatores indicados por 96% das mulheres que abandonaram o estudo), constatamos sem dificuldade que o problema não está nos jovens da periferia, mas nas condições objetivas de se inserirem e permanecerem na escola.

Quais são as políticas públicas que o governo do Estado do Espírito Santo tem cultivado no campo da educação? O modelo da **Escola Viva** é uma delas, que falseada de educação de qualidade, exclui muitos alunos, remunera desigualmente os profissionais da rede e oculta seus pressupostos teórico-pedagógicos de esvaziamento do conteúdo escolar. O governo estadual também tem expressado seu descaso com a educação ao firmar **acordo com**

organização do setor privado (Ensina Brasil) que fantasiosamente formaria professores em cinco semanas. Igualmente revela seu desprezo pela formação dos jovens ao repreender veementemente as **ocupações estudantis** de 2016, tanto quanto ignorar as necessidades apresentadas naquele momento por meio de seus secretários de educação e direitos humanos. Em contrapartida, por meio do programa “Ocupação Social”, o governo oferece o projeto “Educação Empreendedora”, que é realizado “pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu), em parceria com a EDP Escelsa, o Instituto EDP, Espírito Santo em Ação, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)”. É importante que analisemos esses “parceiros” do governo para compreender seus interesses e motivações para desenvolver esse tipo de ação (o empreendedorismo também aparece no projeto “Comunidade Empreendedora”, incentivando os moradores a ter seu próprio negócio).

O resultado da pesquisa anteriormente mencionada, que sinaliza que 75,3% dos jovens gostariam de empreender, é um tanto representativo, mas é preciso compreender o dado para além de sua aparência. Afinal, há uma massiva campanha midiática e ideológica para que as pessoas se acreditem bem ou mal sucedidas por capacidade própria. Aliás, o programa “Ocupação Social” traz junto das ideias de empreendedorismo, também a concepção de desenvolvimento de **“habilidades socioemocionais”**. Estas, são entendidas como competências individuais, que qualquer um, em qualquer ambiente, pode aprender, praticar e ensinar. Ora, nessa perspectiva, o lugar da educação escolar perde completamente seu sentido! Mas para além disso, as concepções de empreendedorismo e habilidades socioemocionais, de modo geral, por si mesmas, são suficientemente perversas, pois transferem a cada um a responsabilidade por seu “sucesso” ou “fracasso”, desonerando o Estado de seus encargos e encobrendo uma análise adequada das políticas de austeridade instaladas e suas implicações para a população (outros projetos do programa, como “Jovem Ser” e “Labor@arte” seguem a mesma linha com parcerias e ideários da mesma natureza).

A maioria dos jovens entrevistados começa a trabalhar, em média, aos 15 anos e ganham menos de um salário mínimo. A proteção aos adolescentes e jovens, que deveria ser garantida, a começar pela educação, e assim oferecer condições adequadas de desenvolvimento profissional, não ocorre. Além de imputar aos próprios sujeitos a tarefa de “se dar bem”, o programa oferece também cursos de “qualificação profissional”. Identificamos 29 cursos. Além de insuficiente para a demanda (informação do próprio sítio eletrônico do programa), os cursos têm outros dois problemas, no mínimo. O primeiro é sua restrição às atividades laborais simples, de baixa

remuneração, ou no máximo, cargos médios. O segundo, é que os cursos não garantem empregabilidade, porque esta não depende somente de qualificação, nem mesmo com graus maiores de escolarização. Como sabemos, a promessa de empregabilidade pautada por um modelo de desenvolvimento de “competências”, apenas realça ainda mais os aspectos de competitividade, individualismo e desigualdade, no qual vende-se a ilusão de cada sujeito deve empreender e assim ser bem-sucedido.

Na divulgação sobre seu 26º local de atuação, o Bairro da Penha, **o governo estadual declarou “diálogo” com representantes e lideranças do território**. No entanto, já existe até mesmo a divulgação de calendário de inscrições (até 12/11/2017), resultado da seleção de inscritos (15/11/2017) e aula inaugural (21/11/2017) de cursos de qualificação, sem que haja nenhuma notícia sobre o referido diálogo. Entendemos, pois, que o passo da conversa para planejamento deveria ter precedido o anúncio, de modo a fomentar um projeto para atendimento das demandas locais? No entanto, pelo que se observa nos outros 25 bairros, não há projetos específicos, é um “pacote” a ser implantado com as mesmas características em todos os locais, sendo falaciosa essa narrativa de conversação.

Também foi divulgado que o programa começará com as ações do **projeto “Campeões do futuro”**, para incentivar atividades esportivas a crianças e jovens “para afastá-los do risco social e da criminalidade”. Ainda que atividades culturais, profissionalizantes e esportivas sejam da maior importância para o desenvolvimento pessoal, é sabido que elas não afastam os indivíduos da exposição à violência. Nesse sentido, o Estado é o “parceiro” de primeira hora e o mais violento aparelho atuante nas comunidades, por meio da criminalização da pobreza, da discriminação dos moradores das comunidades e do extermínio de jovens, especialmente negros. Assim, é bastante incoerente que Roberto Carneiro (secretário de esportes) venha a cogitar uma parceria com a Secretaria de Segurança Pública “para implementar núcleos de luta da polícia militar no bairro [da Penha] para a realização de outras modalidades esportivas como futsal o vôlei e o basquete”, conforme também noticiado na ocasião de lançamento do programa em Bairro da Penha.

Conforme divulgado na imprensa, Julio Pompeu (secretário de direitos humanos), afirmou que as ações do programa têm a finalidade de prevenir as ocorrências criminais porque, segundo ele, boa parte da criminalidade tem a participação de jovens, sendo necessário dar a eles outras perspectivas, que não o crime. É um discurso vazio de sentido quando proferido por um governo pautado em políticas de austeridade, de absoluto descaso com a população capixaba, sem nenhum diálogo efetivo com as comunidades, sem nenhuma garantia de direitos aos mais pobres.

Ao contrário, o que temos assistido é tão somente o massacre do povo, desamparado e largado à própria sorte.

Em suma, trata-se de mais uma combinação típica de política social em tempos de austeridade neoliberal, que a ONU chama de “inclusive business” ou negócios sociais. É uma combinação de política social individualizada, empreendedorismo de si e política de segurança. Esta é a fórmula, até aqui nem sucedida, para desmobilização de movimentos populares, pois pouco importa se funciona ou não. Basta uma única pessoa “se dar bem na vida” por meio de um programa como este para o efeito subjetivo ser imediato, pois vão querer ser esta pessoa, a despeito da coletividade. Enfim, pragmaticamente o que nos preocupa é a astúcia do governo em implementar isso agora, exatamente num bairro de extrema violência estatal e que vinha mostrando potencial de organização autônoma, porque um programa como este é capaz de capturar toda potência de transformação coletiva na chave do empreendedorismo de si, uma forma destruir os movimentos sociais sem o ônus negativo da repressão e da criminalização.

Entendemos, pois, que se trata de uma estratégia do governo estadual de tentar aproveitar-se politicamente das fragilidades e necessidades das comunidades mais carentes, para fazer programas de caráter populista, sem atendimento real dos indispensáveis serviços públicos dos quais necessita a população.

Vitória, 9 de novembro de 2017.